

economia

‘País tem de fazer concessões para negociar com EUA’

Ex-embaixador brasileiro em Washington, Rubens Barbosa defende retomada de canais permanentes de diálogo

/ RELAÇÕES COMERCIAIS

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O Brasil terá de estar disposto a fazer concessões aos Estados Unidos para avançar nas negociações comerciais e reconstruir uma relação bilateral abalada por uma crise político-diplomática inédita. A avaliação é do ex-embaixador brasileiro em Washington Rubens Barbosa, que defende a retomada de canais permanentes de diálogo entre os dois governos e afirma que a aproximação não pode se limitar às conversas entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump.

Em entrevista ao Jornal do Comércio, Barbosa avalia que a disputa entre Estados Unidos e China não deve levar o Brasil a escolher um dos lados, mas exige uma estratégia para reduzir dependências e ampliar parceiros. O diplomata também aponta os minerais críticos como um ativo na nova disputa geopolítica, critica a ausência de uma estratégia clara para a América do Sul e afirma que a política externa ganhou um peso inédito na campanha presidencial de 2026.

O embaixador Rubens Barbosa esteve no final de agosto em Porto Alegre para o Fórum de Conselheiros do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), onde participou do painel “Visão de Longo Prazo e Geopolítica”.

Jornal do Comércio – Brasil e EUA iniciaram uma nova fase de negociações sobre o tarifaço. A crise diplomática começa a dar sinais de distensão ou continua na essência?

Rubens Barbosa – Há dois contenciosos diferentes. Um é comercial, que já ocorreu outras vezes e foi superado. O outro é político-diplomático, que é uma situação inédita. O Brasil não tem alternativa senão negociar. As conversas devem avançar agora e, depois da eleição, os dois países precisam sentar à mesa e negociar efetivamente. Isso significa oferecer e receber, sem rejeitar de saída as propostas. Há uma agenda ampla envolvendo comércio, minérios, segurança e outros temas que precisa ser discutida.

JC – Até onde o Brasil deveria estar disposto a ceder?

Barbosa – Primeiro precisamos saber qual será o pedido

americano. Os Estados Unidos vão apresentar propostas e o Brasil terá que fazer contrapropostas e verificar em quais áreas pode fazer concessões. Sem concessões brasileiras, a negociação não vai avançar, assim como os americanos também terão que ceder. O objetivo do Brasil deve ser incluir mais produtos na lista de exceções e reduzir tarifas. Precisamos saber o que os Estados Unidos querem e até onde podemos ceder para obter aquilo que nos interessa.

JC – As divergências entre Lula e Trump podem deixar danos duradouros na relação entre os dois países?

Barbosa – Ao longo de mais de 200 anos, já tivemos crises muito fortes. No governo Geisel, o Brasil suspendeu o acordo militar com os Estados Unidos. No governo Dilma, houve o monitoramento da presidente e da Petrobras por órgãos de segurança americanos. Esses episódios foram superados. As relações são muito importantes comercialmente, tecnologicamente e na cooperação científica. Essa crise também será superada, seja pelas negociações atuais, seja posteriormente. É mais um episódio dentro da longa relação diplomática entre os países.

JC – Olhando de forma mais ampla: a disputa entre Estados Unidos e China pode obrigar o Brasil a escolher um lado no futuro?

Barbosa – Não. O Brasil não tem que escolher lado nenhum. China e Estados Unidos são nossos dois principais parceiros comerciais e precisamos ter independência em relação aos dois. O Brasil deve diversificar seus parceiros econômicos e políticos para reduzir vulnerabilidades. Em termos políticos, diplomáticos e comerciais, temos que negociar e conversar com todos, sempre colocando o interesse brasileiro em primeiro lu-



Brasil não tem alternativa senão negociar. As conversas devem avançar agora e, depois da eleição, os dois países precisam sentar à mesa.



Diplomata Rubens Barbosa palestrou sobre geopolítica em evento realizado na capital gaúcha

gar, e não considerações políticas ou ideológicas.

JC – A dependência econômica da China não reduz a margem de atuação brasileira?

Barbosa – O Brasil hoje depende muito da China. Cerca de 50% do nosso comércio é com a Ásia e uma parcela muito relevante das exportações de soja vai para o mercado chinês. O que precisamos fazer é diversificar para reduzir essa dependência. Não acredito, porém, que uma pressão americana possa levar o Brasil a deixar de comercializar com a China. Os Estados Unidos sabem que isso não é viável, porque hoje não existe outro mercado capaz de substituir todo o volume das exportações brasileiras destinadas aos chineses.

JC – E o que precisa mudar especificamente na relação com os Estados Unidos?

Barbosa – É preciso ampliar o diálogo. Estão faltando canais permanentes de comunicação entre os governos, o Departamento de Estado e o Itamaraty, assim como entre a Casa Branca e o Palácio do Planalto. Um telefonema entre os presidentes não resolve tudo. Tem que existir uma troca constante de informações. Todos os países estão negociando com os Estados Unidos diante dessa nova realidade internacional. O Brasil não pode agir de forma diferente.

JC – Os minerais críticos podem se tornar um trunfo do Brasil nessa disputa entre as duas potências?

Barbosa – O Brasil precisa definir uma posição muito clara. Podemos exportar parte desses

minérios, mas temos que buscar o beneficiamento no País. Não adianta importar um carro elétrico da China com uma bateria também produzida lá se temos condições de desenvolver essa cadeia aqui. O marco regulatório será importante para definir essa estratégia. Esses recursos podem ser utilizados para atrair investimentos e agregar valor, em vez de o Brasil simplesmente continuar exportando matéria-prima.

JC – Em um mundo cada vez mais protecionista, que espaço ainda resta para essa tradicional aposta brasileira no multilateralismo?

Barbosa – O sistema multilateral está muito enfraquecido, seja na ONU, na OMC, no Fundo Monetário ou no Banco Mundial. Ao mesmo tempo, a OCDE está fortalecida e participa da definição de regras em áreas importantes, como meio ambiente e indústria. Existe uma contradição quando o Brasil defende o multilateralismo, mas não avança na adesão à OCDE. Para ser coerente, deveria rever essa posição e participar de uma instituição que hoje influencia diretamente a definição das regras nesse mundo globalizado.

JC – O que falta para o Brasil ter uma política externa mais pragmática?

Barbosa – Falta uma definição muito clara dos interesses brasileiros. A primeira prioridade deveria ser a América do Sul. Precisamos de políticas comerciais, econômicas, financeiras, ambientais e de defesa das fronteiras para a região. Apesar das diferenças ideológicas, o Brasil tem que con-



O objetivo do Brasil deve ser incluir mais produtos na lista de exceções e reduzir tarifas. Saber o que os EUA querem e até onde podemos ceder.

versar com todos. Não interessa ao País que o presidente brasileiro deixe de conversar com o presidente da Argentina, por exemplo. Precisamos fortalecer as relações regionais independentemente da orientação política dos governos.

JC – A política externa ganhou um peso incomum na campanha presidencial deste ano. O debate eleitoral está à altura dessa mudança no cenário internacional?

Barbosa – Pela primeira vez na história política brasileira, a política externa entrou de maneira relevante na campanha eleitoral. Isso mostra também o peso do Brasil. Mas as propostas que li até agora são muito genéricas. Precisamos discutir a inserção internacional do País, que é mais ampla do que a diplomacia. Envolve comércio exterior, tecnologia, investimentos e nossas vulnerabilidades externas. Esses assuntos ainda não estão sendo debatidos com a profundidade necessária pelos candidatos.

FABIANO FREITAS/DIVULGAÇÃO/JC